HAL
open science

Mobilidades geográfico-profissionais de duas gerações de agricultores familiares assentados na Amazônia oriental

Xavier Arnauld de Sartre, Joel Orlando Bevilaqua Marin, William Santos De Assis, Raquel da Silva Lopes, Iran Veiga

To cite this version:

Xavier Arnauld de Sartre, Joel Orlando Bevilaqua Marin, William Santos De Assis, Raquel da Silva Lopes, Iran Veiga. Mobilidades geográfico-profissionais de duas gerações de agricultores familiares assentados na Amazônia oriental. Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi. Ciências Humanas, 2016, 11 (1), pp.605-620. 10.1590/1981.81222016000100003 . halshs-01423420

HAL Id: halshs-01423420

https://shs.hal.science/halshs-01423420v1

Submitted on 29 Dec 2016

HAL is a multi-disciplinary open access archive for the deposit and dissemination of scientific research documents, whether they are published or not. The documents may come from teaching and research institutions in France or abroad, or from public or private research centers.

L'archive ouverte pluridisciplinaire **HAL**, est destinée au dépôt et à la diffusion de documents scientifiques de niveau recherche, publiés ou non, émanant des établissements d'enseignement et de recherche français ou étrangers, des laboratoires publics ou privés.

Mobilidades geográfico-profissionais de duas gerações de agricultores familiares assentados na Amazônia oriental

Spatial and professional mobilities of two generations of family farmers in the eastern Amazon

Xavier Arnauld de Sartre[I], Joel Orlando Bevilaqua Marin[II],
William Santos de Assis[III], Raquel da Silva Lopes[IV], Iran Veiga[III]

[I]Centre national de la recherche scientifique. Paris, França

[II]Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil

[III]Universidade Federal do Pará. Belém, Pará, Brasil

[IV]Universidade Federal do Pará. Altamira, Pará, Brasil

Resumo: A mobilidade social de agricultores familiares em áreas de frentes pioneiras da Amazônia, durante muitos anos, esteve associada à migração geográfica, em busca de uma terra para trabalhar. O afastamento cada vez mais importante das terras, a modernização do comportamento dos jovens e o aumento do nível médio de estudo implicaram mudanças importantes nestas estratégias, uma vez que os agricultores preferem atingir a mobilidade social por meio dos estudos escolares e da migração para a cidade. Se esses dados são conhecidos, a quantificação do fenômeno (em particular, com questionários biográficos) no caso de três assentamentos da Amazônia oriental e a diferenciação interna ao grupo dos agricultores (segundo o tipo de família e o lugar de moradia) constituem as principais inovações deste artigo.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Amazônia oriental. Mobilidade social. Migração. Juventude. Assentamentos rurais.

Abstract: This article is about the new patterns of migrations amongst farmer families in the eastern Amazon. They were commonly framed as a strategy of social mobility, where moving was a way to access land property. However, recent studies have showed that migration drivers are evolving as social modernization and of educational standards rise. While farmer families' new strategies are well known, like investing in education and moving to cities, little attention has been given to their quantification. By examining three "projects de assentamentos" (settlement projects) in the eastern Amazon, we wish to highlight the diversity of strategies that are used, and examine the way they combine with existing geographical and social settings.

Keywords: Family farmer. Eastern Amazon. Social mobility. Migration. Youth. Settlement projects.

ARNAULD DE SARTRE, Xavier; MARIN, Joel Orlando Bevilaqua; ASSIS, William Santos de; LOPES, Raquel da Silva; VEIGA, Iran. Mobilidades geográfico-profissionais de duas gerações de agricultores familiares assentados na Amazônia oriental. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 11, n. 1, p. 000-000, jan.-abr. 2016. DOI: 10.1590/1981-81222016000100000.
Autor para correspondência: Xavier Arnauld de Sartre. Centre national de la recherche scientifique. Univ Pau & Pays Adour, UMR 5603 – SET – Société Environnement Territoire. IRSAM – Avenue du Doyen Poplawski – PAU, F- 64000, France (xavier.arnauld@cnrs.fr).
Recebido em 00/00/00
Aprovado em 00/00/00

INTRODUÇÃO

Os projetos de assentamento da Amazônia oriental enfrentam um forte desafio para integrar a diversidade dos agricultores familiares desta região. Sobretudo suas áreas de frente pioneira são povoadas por agricultores que, mesmo estando presentes na Amazônia há muitos anos, vêm de diferentes regiões do Brasil, têm diferentes tradições familiares e projetos diferentes no que diz respeito à permanência no campo. Estas diferenças influem em seu comportamento. No entanto, a diversidade dos assentados é frequentemente tratada unicamente a partir de seus diferentes sistemas de produção. Proceder dessa maneira equivale a considerar que as histórias de vida e os projetos dos assentados de uma dada região são homogêneos: supõe-se que eles estão em busca de terra para, enfim, tornarem-se proprietários rurais e instalarem a família em uma área onde esta se 'fixaria'. Esta perspectiva tem sua origem em parte em uma tradição dos estudos sobre o campesinato, a qual considera que o vínculo estável com um determinado pedaço de terra é central à condição de camponês. Podemos considerar esta perspectiva como sendo a de um paradigma 'fixista'. Neste texto argumentamos que, ao contrário, a mobilidade, geográfica (a migração) e profissional, faz parte das estratégias de reprodução social do campesinato da Amazônia oriental; e que o acesso à terra tem significados diferentes para diferentes camponeses, dependendo de seus projetos de vida. Argumentamos ainda que os significados da mobilidade geográfica e profissional, assim como do acesso à terra, são ainda mais diversos se considerarmos os projetos de vida dos jovens filhos de agricultores familiares assentados.

Uma boa maneira de estudar essa diversidade de significados da posse da terra e da mobilidade é analisar como o acesso à terra em um dado projeto de assentamento se insere no itinerário do agricultor familiar assentado. A noção de itinerário vem da sociologia da experiência, a qual considera que os indivíduos constroem suas biografias a partir de uma acumulação de experiências, aproveitando oportunidades, mas inserindo-as em uma lógica que dá sentido a essas trajetórias. É este sentido que explica a maneira como uma pessoa atua em uma determinada situação. Considerar a diversidade dos agricultores familiares a partir de seus itinerários pessoais, utilizando uma perspectiva que enfatiza a dimensão temporal das estratégias de reprodução social, permite identificar e dar sentido às eventuais transformações que podem marcar esses itinerários. Essas transformações revelam-se em momentos-chave das vidas dos indivíduos: na mudança de profissão, do lugar de residência ou na chegada dos filhos à idade adulta.

Neste texto, utiliza-se a noção de itinerário para estudar duas gerações das mesmas famílias de agricultores familiares assentados, o que nos permite analisar em particular a continuidade do processo de mobilidade profissional e/ou geográfica após o alcance de uma situação (a posse da terra) que supostamente deveria 'fixar' os agricultores. Para tanto, realizamos um estudo quantitativo e qualitativo em três projetos de assentamento de agricultores familiares na Amazônia oriental (dois deles próximos a Marabá e um próximo a Altamira, todos no estado do Pará). Este estudo procura caracterizar as diferentes dimensões das mobilidades desses agricultores, entender as lógicas que as motivam e compreender como elas se inserem nas estratégias de reprodução social das famílias. Após haver apresentado, na primeira parte, os debates sobre a mobilidade nas áreas de colonização e de reforma agrária na Amazônia, assim como o marco metodológico que desenvolvemos para este estudo, analisaremos, na segunda parte, a diversidade dos agricultores familiares assentados e seus filhos e, na terceira parte, as transformações sofridas, nos últimos anos, por suas estratégias de reprodução social.

CARACTERIZANDO A MOBILIDADE DE AGRICULTORES FAMILIARES ASSENTADOS

MOBILIDADE E ITINERÁRIOS

As áreas de frente pioneira da Amazônia oriental são profundamente marcadas por migrações, seja pelo fato

de serem áreas de chegada de camponeses de outras regiões, seja pelas dificuldades que eles têm em estabilizar-se nas localidades das frentes pioneiras. Esse fenômeno, característico do campesinato (Brumer *et al.*, 1991; Wanderley, 1998), é mais forte ainda nas frentes pioneiras (Le Borgne-David, 1998; Musumeci, 1988; Velho, 1984; Woortmann, 1995), em particular na região da Amazônia oriental (Araújo, 1993; Arnauld de Sartre, 2006; Arnauld de Sartre e Sebille, 2008; Veiga, 1999). A mobilidade é tão generalizada no campesinato de frente pioneira que pode se aceitar a existência de um "paradigma da mobilidade" (Tarrius, 1989), em vez de uma visão "fixista" desse campesinato.

A importância da mobilidade não significa que ela seja vivida pelos camponeses migrantes como algo normal. As mobilidades dos camponeses têm sua lógica social. A busca por um lugar de vida para exercer a agricultura de forma autônoma é o ponto comum dos itinerários de muitos assentados. Mas esse destino comum desenvolveu-se diferentemente no tempo e nos ciclos familiares, o que permite encontrar uma diversidade de motivações para os itinerários profissionais e migratórios.

As migrações seguem, em geral, lógicas familiares (e não individuais). Vários fatores, de ordem objetiva e subjetiva, contribuíram para desencadear os processos migratórios para a frente pioneira amazônica, entre os quais podemos destacar: a falta de terra, os problemas ambientais, as transformações tecnológicas e sociais, e os diferentes ciclos da vida familiar. O somatório desses fatores, cujas repercussões variavam no tempo e no espaço, dificultava a continuidade da reprodução social desses agricultores, enquanto que a possibilidade de migração para a Amazônia permitia encontrar terras férteis para trabalhar, plantar e colher, com vistas a assegurar a sobrevivência e a continuidade dos grupos familiares. De acordo com Woortmann (1995), as migrações de camponeses, tanto para os espaços urbanos como os rurais, são processos derivados não apenas da inviabilidade de suas condições de existência, mas também integram suas práticas de reprodução social. Sob esse enfoque, a migração dos agricultores para as frentes pioneiras pode ser interpretada como uma estratégia de garantir a continuidade da reprodução social do grupo familiar, significando lutas de resistência contra a expropriação, a violência e o empobrecimento, bem como o sonho da conquista da terra para trabalhar, produzir e reproduzir seus meios e modos de vida.

A noção de itinerário migratório, profissional e familiar é útil para caracterizar essas histórias. Existem várias dimensões nos itinerários de pessoas, dentro das quais três são consideradas na bibliografia como centrais (Courgeau e Lelièvre, 1990): a dimensão espacial (com as migrações), a social (em particular, o estatuto profissional) e a familiar (a história da família). A lógica das trajetórias é uma combinação entre essas dimensões. Cada pessoa faz, ao longo de sua vida, diversas escolhas que levam a mudar de situação familiar, geográfica ou profissional. A soma dessas escolhas, até um determinado momento, desenha um itinerário pessoal. Além das dimensões pessoais, os itinerários são marcados, sobretudo no caso do campesinato, por escolhas familiares ou por um destino coletivo. Assim, as estratégias de reprodução social (dimensão social) dos camponeses brasileiros passam, muitas vezes, pela migração (dimensão espacial), a qual pode vir acompanhada de mudanças nos ofícios exercidos (dimensão profissional). Esse destino faz com que a mobilidade espacial e profissional se torne parte da história de muitos camponeses e se reproduza por várias gerações. Neste texto, analisamos essas dimensões pessoais, familiares e coletivas das migrações a partir do estudo dos itinerários, durante duas gerações, dos agricultores familiares assentados em diferentes projetos de assentamento da Amazônia oriental. O fato de estudar duas gerações pode nos informar sobre a continuidade do processo de mobilidade profissional e/ou geográfica após o alcance de uma situação (a de proprietário rural), que supostamente deveria fixar os assentados. Pesquisar todos os residentes de um mesmo lugar, e lugares diferentes, significa reconhecer a dimensão coletiva dos itinerários.

UMA AMOSTRAGEM BASEADA NA ESCALA DA LOCALIDADE

A localidade é uma escala importante na socialização dos camponeses e na construção dos territórios rurais (Albaladejo *et al*., 1996; Albaladejo e Veiga, 2000). Uma localidade é uma entidade espacial na qual interagem pessoas construindo um destino comum, de maneira mais ou menos coletiva. As localidades da frente pioneira são, mais do que quaisquer outras, lugares onde se mesclam pessoas de origens, histórias, visões e modos de vida diferenciados. Isto as torna uma escala interessante para analisar como se mesclam itinerários diversos.

Para entender as lógicas por trás das migrações dos agricultores familiares da Amazônia oriental, estudamos três localidades de frentes pioneiras representativas da diversidade das situações de colonização agrária (Figura 1) na região. Apesar de processos de criação diferentes, todas as três são atualmente projetos de assentamento da reforma agrária do governo federal:

- 'Travessão 338 Sul' (situado no município de Pacajá, Pará) é, mais especificamente, a área compreendida entre os km 12 e 24 dessa estrada vicinal que tem sua origem na rodovia Transamazônica (BR-230). A definição dessa 'fatia' da estrada vicinal se deu pela

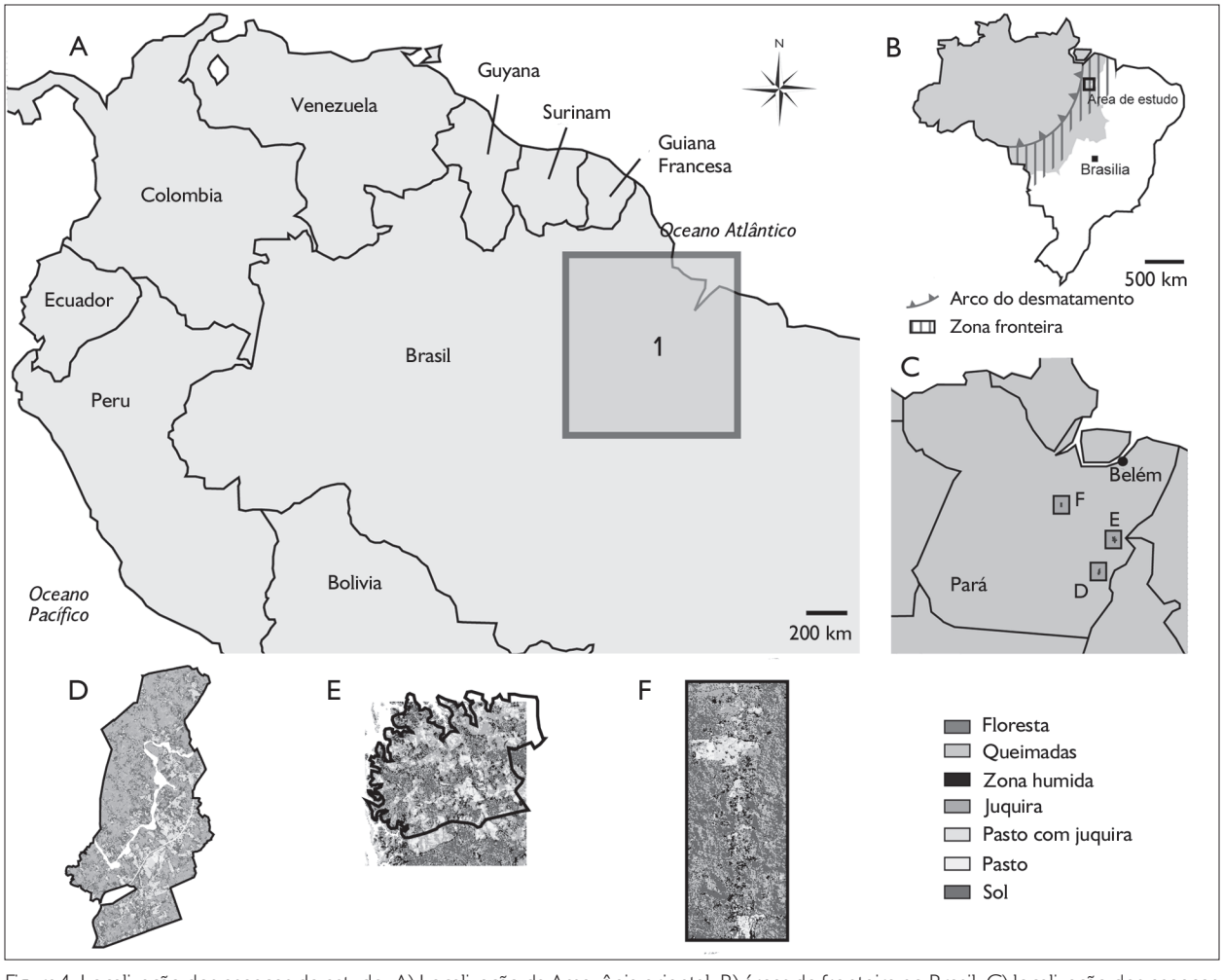

Figura 1. Localização dos espaços de estudo. A) Localização da Amazônia oriental; B) áreas de fronteira no Brasil; C) localização dos espaços de estudo no estado do Pará; D) Sítio de Palmares; E) Sítio de Maçaranduba; F) Sítio de Pacajá.

homogeneidade de sua história de colonização, isolamento geográfico e redes sociais. Trata-se de uma área de colonização inicialmente não oficial e, portanto, não tendo se beneficiado de políticas públicas nos seus primeiros anos. No momento da coleta de dados para este estudo, as famílias sequer recebiam os subsídios de programas nacionais de redistribuição de renda, como o Bolsa Família. Isoladas, essas famílias são confrontadas com as dificuldades típicas da Transamazônica (Arnauld de Sartre, 2006);

- 'Maçaranduba' (município de Nova Ipixuna, Pará) é um projeto de assentamento agroextrativista que teve sua origem em um antigo castanhal. Quando esse espaço foi ocupado pelos ex-castanheiros, as lideranças locais solicitaram o apoio do Conselho Nacional de Seringueiros, para implantar um sistema de organização fundiária comparável ao das reservas extrativistas: propriedade coletiva da terra, com atribuição de concessão de uso sobre as parcelas, limitação das autorizações de desmatamento para a implantação de pasto, entre outros. Isto explica, em parte, porque a zona de Maçaranduba, embora esteja situada em uma frente pioneira relativamente antiga, encontra-se bem preservada em comparação com as localidades vizinhas;
- 'Palmares' (município de Parauapebas, Pará) é um projeto de assentamento de reforma agrária, criado após o Massacre de Eldorado dos Carajás, a partir da desapropriação de uma fazenda, então ocupada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). O contexto de criação do Projeto de assentamento (PA) explica que os agricultores tenham chegado à área no mesmo momento e que os lotes sejam do mesmo tamanho. Parte dos agricultores deste projeto de assentamento é composta de ex-garimpeiros, que se instalaram em Parauapebas após o fechamento do garimpo de Serra Pelada.

Estas localidades poderiam ser pontos finais de itinerários de mobilidade profissional e geográfica, sendo que quase todos os entrevistados têm garantida sua posse da terra. Mas, para alcançar tal condição, foi necessário migrar. Podemos identificar as etapas da ocupação das localidades estudadas pelas famílias que se encontravam aí estabelecidas no ano de 2007 (Figura 2). Se levarmos em conta que não há diferenças significativas na idade dos agricultores assentados em cada localidade,

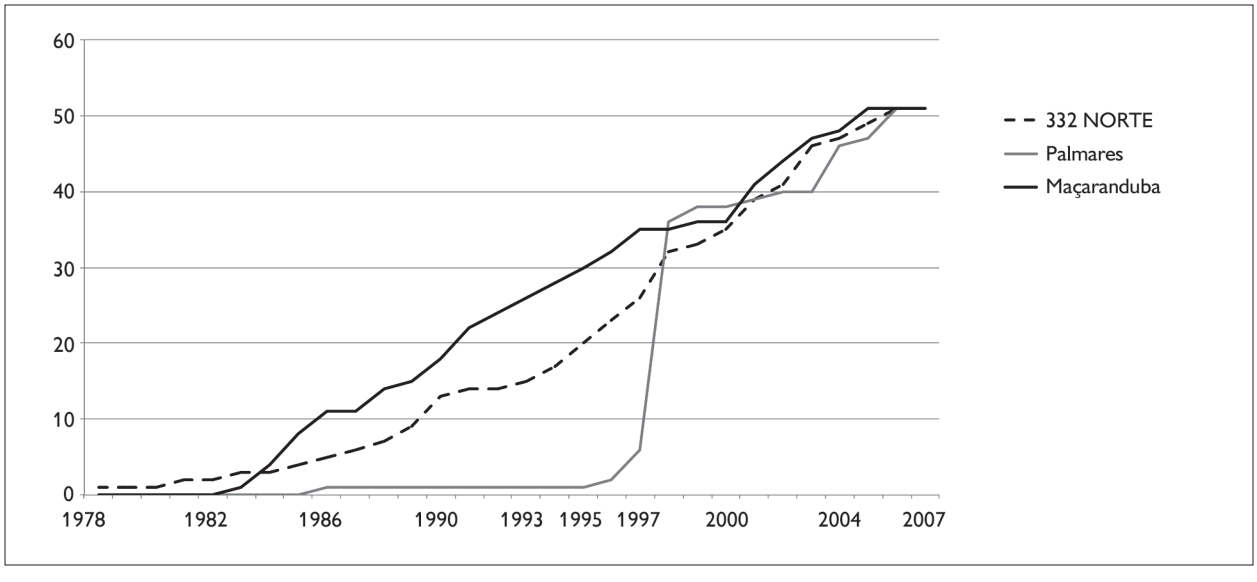

Figura 2. Ano de chegada dos colonos dos três assentamentos estudados.

pode-se notar claramente neste gráfico que as formas de colonização são profundamente diferentes entre elas. A forma muito particular da curva da localidade de Palmares tem a ver com a forma de criação do projeto de assentamento, a partir de uma ocupação do MST. Ao contrário, as localidades do Travessão 338 Sul e Maçaranduba foram ocupadas de forma gradual, ao longo de vários anos, antes de serem transformadas em projetos de assentamento.

O gráfico da Figura 2 mostra somente as famílias que permaneceram nas localidades. Mas existem casos de famílias que se instalaram por um tempo e, posteriormente, migraram: nas localidades do Travessão 338 Sul e Maçaranduba, as famílias que permaneceram ou chegaram ao longo do tempo foram adquirindo as terras das famílias que partiam. Não há memória sistemática dessas famílias, mas elas são frequentemente mencionadas nas entrevistas. Podemos, assim, observar que estes projetos de assentamento não são pontos finais de uma trajetória de migração. Muitas famílias que aí se instalaram em algum momento, migraram novamente; e as que aí estão são suscetíveis de continuar sua migração. A migração que levou as famílias à localidade onde as encontramos não foi a única que feita pelas famílias, já acostumadas em mudar de lugar de vida. Ao contrário, elas viveram muitas migrações. Para analisar as migrações passadas e futuras das famílias, estudamos: (1) os itinerários dos chefes de família e (2) a situação dos filhos dessas famílias.

MÉTODOS DE COLETA DOS ITINERÁRIOS PESSOAIS

A noção de itinerário é bastante discutida na sociologia e na demografia. Courgeau e Lelièvre (1996), entre outros, participaram deste movimento que fez mudar o paradigma da demografia do estudo de massas de indivíduos ao estudo de itinerários pessoais. A metodologia usada para estudar os itinerários pode ser tanto quantitativa quanto qualitativa e, neste trabalho, usamos ambas.

Em termos quantitativos, aplicamos um questionário biográfico a todos os moradores de certos setores das localidades de estudo. O questionário aplicado teve como objetivo caracterizar, por ano de vida, os lugares de residência e as atividades profissionais realizadas pela pessoa entrevistada, bem como a sua história familiar (Courgeau e Lelièvre, 1990). Esse questionário era ligado a outro, com o propósito de conhecer a situação atual dos filhos do entrevistado.

Em uma segunda etapa, fizemos entrevistas biográficas semiestruturadas com uma amostra de nove agricultores por localidade. A metodologia usada foi a proposta por Demazière e Dubar (1997), que permite compreender as lógicas dos itinerários das pessoas entrevistadas. Nessas entrevistas, também houve uma parte dedicada à situação e aos projetos dos filhos dos entrevistados. Elas foram feitas em 2009, um ano depois da realização dos questionários.

Essa dupla metodologia possibilitou caracterizar diferentes dimensões dos itinerários migratórios e profissionais dos agricultores. Com efeito, caracterizamos os itinerários de indivíduos específicos. Agrupando esses itinerários em tipos, chegamos a qualificar as suas dimensões coletivas, as quais apareceram também nas entrevistas semiestruturadas. Como levantamos dados quantitativos e discursos sobre os filhos dos entrevistados, também foi possível analisar o caráter transgeracional desses itinerários.

ITINERÁRIOS E DESTINOS DOS AGRICULTORES FAMILIARES ASSENTADOS

ITINERÁRIOS MIGRATÓRIOS E PROFISSIONAIS DOS AGRICULTORES FAMILIARES ASSENTADOS

Cada questionário biográfico desenhou um itinerário pessoal particular. Contudo, esses itinerários podem ser agrupados em perfis de migrantes. Para desenhar o perfil de migrantes dos agricultores familiares da frente pioneira a partir dos itinerários individuais, fizemos uma análise multivariada a partir das informações recolhidas por ano de vida das pessoas, cujo objetivo era agrupar os agricultores que têm os itinerários biográficos os mais

próximos possíveis (que fizeram, na mesma época, as mesmas coisas); e diferenciá-los de outros, com itinerários diferentes. A análise multivariada por tipo de mobilidade por ano de vida foi, em seguida, sintetizada por uma análise harmônica qualitativa (Barbary e Pinzon Sarmiento, 1998), o que já havia sido feito em outro contexto amazônico (Arnauld de Sartre e Sebille, 2008). Analisamos separadamente os itinerários profissionais e os itinerários migratórios dos agricultores, para depois agrupá-los.

Os resultados são apresentados nas Tabelas 1 e 2[1]. Para ajudar a leitura desta tabela, colocamos variáveis que resumem algumas das dimensões dos itinerários pessoais, mas que não foram utilizadas na análise. Esses itinerários mostram que a maior parte dos entrevistados são pessoas instaladas há muito tempo na Amazônia (99 dos 137 entrevistados), o que os diferencia dos agricultores dos outros períodos de colonização da região. Mesmo se 38% dos agricultores familiares passaram um tempo em cidades, somente 8% deles viviam em cidades antes de chegarem às localidades estudadas. Em termos profissionais, 38% (53 dos 137 entrevistados) dos entrevistados eram proprietários antes de estar nas localidades de estudo; 22% eram assalariados agrícolas que se tornaram proprietários graças ao programa de reforma agrária. A mesma proporção de entrevistados era constituída por assalariados em vários setores de atividade antes de se tornarem proprietários. Os outros entrevistados não dão informações sobre os percursos profissionais (mulheres) ou são ex-garimpeiros.

Se combinarmos os tipos profissionais (Tabela 2) e migratórios (Tabela 1), observa-se que a metade dos informantes tem uma forte experiência rural na Amazônia

Tabela 1. Itinerário migratório dos informantes.

	Número de pessoas	Idade média	Por ano de vida		
			Número de migrantes	No meio rural	Na região
Rurais antigos na região	99	49	0.09	78%	64%
Rurais recém-chegados nos PA	15	47.5	0.12	70%	53%
Urbanos recém-chegados nos PA	11	41	0.15	50%	72%
Rurais recém-chegados na região e nos PA	12	47	0.08	83%	26%

Tabela 2. Itinerário profissional dos informantes.

	Número de pessoas	Idade média	Por ano de vida profissional		
			Número de profissionais	No setor agrícola	Como autônomo
Agrônomos proprietários	53	54	0.03	77%	68%
Mobilidade profissional em todos os setores	32	47	0.09	60%	57%
Ex-assalariados agrícolas	31	43	0.04	79%	15%
Ex-garimpeiros	13	46	0.07	37%	2%
Mulheres que não informaram	8	35.5	0.01	12%	22%

[1] Esse tipo de análise requer um tratamento preliminar dos dados, em particular para definir qual tipo de dado migratório utilizar e quais variáveis escolher. Para os dados migratórios, usamos como variável anual o ano civil, agrupado em décadas – e não a idade do migrante. Para as variáveis de residência, usamos três tipos de variáveis binomiais: 1) o fato de ter vivido uma migração ou não; 2) o fato de viver na cidade ou no campo; 3) o fato de estar na região ou fora da região. Para as variáveis profissionais, distinguimos por setor de atividade (sete modalidades: agricultura, ajudante familiar, garimpo, não agrícola, não sabe, sem atividade, sem dado), por tipo de atividade (sete modalidades também: ajudante familiar, estudos, trabalho por porcentagem, independente, assalariado, sem atividade e sem dado) e pelo fato de entrar ou sair de uma atividade. Esses tratamentos possibilitaram identificar itinerários migratórios pessoais.

(ou, às vezes, em outras regiões) e que, na sua maioria, já havia sido antes proprietária de terras. Os itinerários desses agricultores são marcados pela busca de uma melhoria na posse da terra (ter mais terra ou terra de melhor qualidade). A outra metade da amostra é composta por entrevistados que têm itinerários mais complexos: 32 tiveram itinerários marcados por uma forte mobilidade profissional e geográfica, enquanto 13 são ex-garimpeiros que tiveram os itinerários típicos dos ex-garimpeiros de Serra Pelada (experiência rural antes da chegada ao garimpo e, depois do seu fechamento, a instalação na região, na proximidade do garimpo). Esses entrevistados se encontram, sobretudo, em Palmares (Parauapebas). Uma terceira classe é composta por mulheres ou jovens que vivem sozinhos no mundo rural, após passar por experiências de assalariamento agrícola ou de ajudante familiar; a quarta classe (16 entrevistados) é composta por ex-assalariados agrícolas que se tornaram proprietários graças à migração para a área de frente pioneira.

Poucos assentados, finalmente, entram no esquema clássico da reforma agrária, o qual pressupõe que eles sejam ex-assalariados agrícolas. Muitos agricultores são de famílias que continuam um itinerário de migração iniciado em outros lugares. No entanto, a Tabela 1 mostra que há um grupo de 'urbanos', com mais migrações e mais jovens, que tiveram acesso à terra. Esse perfil de assentados pode ser um efeito da política de reforma agrária. Com efeito, se não fosse essa política, eles não teriam possibilidade de acesso à terra, por não conformar uma família relativamente estável necessária para garantir os processos 'clássicos' de migração e posse. Apesar de possuírem uma história antiga no meio rural, eles não teriam caminhado para uma 'carreira' de agricultor se a reforma agrária não lhes tivesse dado uma oportunidade de acesso à terra. No caso deles, a política de reforma agrária está criando uma categoria de potenciais agricultores que não existia antes.

Também constatamos que os perfis de agricultores não são muito diferentes entre as localidades, com seus diferentes modos de constituição: os agricultores de Maçaranduba têm um perfil comparável aos agricultores de Palmares (exceto os ex-garimpeiros), que são próximos aos agricultores do Travessão 338 Sul. As histórias de vida dos agricultores que ocuparam Maçaranduba, Travessão 338 Sul e Palmares estão marcadas pelas diversas experiências migratórias, seguindo diferentes caminhos de idas e vindas entre campo e cidade. Eles têm em comum, no entanto, a busca por um lugar de vida e de trabalho, aproveitando-se das alternativas abertas pelas frentes pioneiras no Pará.

SITUAÇÃO DOS FILHOS DOS INFORMANTES

A pesquisa sobre as escolhas profissionais e migratórias dos filhos de agricultores das localidades de estudo foi feita a partir da aplicação de questionários aos entrevistados. Por esse meio, tivemos informações sobre os filhos de 137 famílias de moradores das localidades de Palmares, Maçaranduba e do Travessão 338 Sul. Descrever a situação desses filhos requer delimitar melhor esse grupo, que está composto por pessoas de idades muito diferentes, e definir as categorias de estudo. O grupo de filhos de assentados é composto por 603 pessoas (50,6% de mulheres), cuja idade vai do recém-nascido ao filho de 58 anos. Decidimos dividir essa amostra por grupos de idade conforme apresentamos na Tabela 3 Analisamos cada faixa etária em função: (1) da sua composição em termos de gênero e de vida conjugal; (2) do nível de estudo; (3) da residência em relação à casa dos pais; (4) do setor de atividade e; (5) da situação profissional na qual se encontravam no momento da entrevista.

A Tabela 2 apresenta dados gerais, que dizem respeito a todos os filhos de assentados e a situações que parecem ser mais características das novas gerações. Na Tabela 4 é possível observar que em torno de 40% dos filhos de assentados são agricultores, e 40% estão em outros setores de atividades (os 20% restantes são compostos por mulheres donas de casa). A proporção de ajudantes familiares (Tabela 5) vai diminuindo no decorrer do tempo, enquanto a proporção de proprietários vai aumentando, até chegar a um quarto de filhos de mais de 35 anos que são proprietários. A proporção

de dependentes (assalariado, meeiro) na agricultura se mantém estável segundo as faixas etárias (15%); o mesmo não acontecendo com a proporção de assalariados nas cidades, a qual é maior (aproximadamente 30%) nas faixas etárias entre 20 e 35 anos.

Os filhos de agricultores familiares assentados localizam-se preferencialmente na proximidade dos pais, seja na mesma região ou na mesma localidade (Tabela 6). Observa-se, no entanto, uma diferença importante segundo as gerações: se mais de 60% dos filhos de assentados estão em cidades, essa proporção é bem maior nas gerações mais novas (20-30 anos). O fato de residir em cidades está relacionado aos estudos escolares: o desejo de estar na cidade para estudar e para alcançar bons empregos com maior nível de escolaridade pode explicar tal fenômeno. O nível de estudo (Tabela 7) é a principal variável de distinção entre as gerações, sendo que os mais jovens estudaram bem mais do que os mais velhos.

Tabela 3. Situação matrimonial do(a)s filho(a)s de informantes.

	Número de pessoas	Feminino	Solteiro	Em união
J_0-14	133	50%	98%	2%
J_15-19	111	53%	78%	18%
J_20-24	110	52%	55%	43%
J_25-29	103	41%	43%	50%
J_30-34	67	48%	21%	69%
J_35-plus	79	61%	10%	82%

Tabela 4. Setor de atividade do(a)s filho(a)s de informantes.

	Sem atividade	Agricultura	Setor 2º ou 3º	Do lar
J_0-14	77%	17%	1%	5%
J_15-19	29%	41%	9%	20%
J_20-24	10%	40%	27%	22%
J_25-29	3%	37%	32%	28%
J_30-34	0%	39%	37%	24%
J_35-plus	7%	43%	22%	28%

Tabela 5. Situação profissional do(a)s filho(a)s de informantes.

	Estuda	Ajudante familiar	Proprietário ou posseiro	Dependente	Assalariado	Autônomo (cidade)	Do lar	Outro
J_0-14	75%	13%	0%	3%	1%	0%	2%	6%
J_15-19	28%	32%	2%	13%	7%	2%	16%	1%
J_20-24	6%	21%	5%	11%	27%	5%	22%	4%
J_25-29	3%	15%	5%	15%	26%	6%	26%	3%
J_30-34	3%	5%	16%	15%	31%	11%	16%	3%
J_35-plus	1%	1%	23%	16%	13%	16%	29%	1%

Tabela 6. Localização do(a)s filho(a)s de informantes.

	Mesma casa	Mesma localidade	Mesma região	Outro estado	Em cidade
J_0-14	77%	3%	19%	0%	89%
J_15-19	57%	16%	27%	0%	79%
J_20-24	30%	23%	37%	9%	70%
J_25-29	20%	27%	44%	9%	63%
J_30-34	11%	24%	58%	6%	58%
J_35-plus	8%	24%	53%	15%	62%

Tabela 7. Nível de estudos do(a)s filho(a)s de informantes.

	Não estudou	1ª-4ª série	5ª-8ª série	2º grau	Universidade
J_0-14	14%	61%	24%	1%	0%
J_15-19	2%	31%	51%	15%	0%
J_20-24	1%	16%	44%	38%	0%
J_25-29	4%	33%	36%	24%	1%
J_30-34	2%	42%	24%	24%	0%
J_35-plus	5%	59%	21%	13%	0%

Fizemos uma análise multivariada a partir das variáveis que descrevem a situação dos jovens (variáveis que compõem a Tabela 2). A população usada na análise é a dos jovens que não estão estudando (405 casos), sem diferenciá-los por idade ou situação pessoal. Fizemos uma tipologia de jovens (análise de cluster) na base das coordenadas dos indivíduos na análise multivariada. Uma repartição em cinco grupos permite uma redução de 38% da variabilidade. A Tabela 8 apresenta os diferentes grupos.

Mesmo se a variável da idade não foi usada para a análise multivariada, observa-se que dois grupos (o grupo 1 e 5) estão claramente compostos por pessoas mais jovens (em torno de 20 anos), enquanto os três outros grupos estão compostos por pessoas de mais idade, que têm em média 27 ou 29 anos. A idade é a única variável que muda segundo os grupos de jovens: todas as outras variáveis, inclusive as de descrição das famílias usadas no tópico "Itinerários migratórios e profissionais dos agricultores familiares assentados" deste texto, não variam significativamente segundo os grupos de jovens agricultores. Isto significa que o destino destes jovens não é determinado pelas características dos pais. Temos que explicar porque os itinerários dos filhos não são determinados pela origem dos pais.

DA MIGRAÇÃO AO ESTUDO?

Como no caso dos itinerários das famílias, as informações coletadas sobre os filhos por meio dos questionários foram completadas por entrevistas semiestruturadas. As entrevistas biográficas mencionadas mais acima continham uma parte específica sobre os filhos dos entrevistados, em particular sobre as expectativas dos informantes sobre os jovens. Três pontos destas entrevistas destacam-se em relação aos filhos: a vontade de tê-los por perto, a de vê-los estudar e a de vê-los ter uma boa situação profissional.

DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO DOS FILHOS DE AGRICULTORES FAMILIARES ASSENTADOS

É na juventude que os filhos dos agricultores familiares das frentes pioneiras do Pará demonstram maior predisposição para empreender a própria experiência migratória. Na juventude, como uma fase específica da vida compreendida entre a infância e a maturidade, a migração apresenta-se como condição para a conquista da autonomia pessoal e de constituição da futura família. Deve-se notar que as áreas de terra dos lotes, tanto nos programas de colonização quanto de projetos de assentamento, são pensadas para possibilitar níveis de produtividade suficientes para o bem estar e a prosperidade de uma família formada pela geração dos pais e filhos. Na realidade em estudo, a baixa fertilidade do solo, a localização dos lotes de terra, a falta de infraestrutura de estradas, energia elétrica, saúde e educação, além das restrições legais dos usos dos recursos naturais, são problemas limitantes à reprodução da condição de agricultor familiar. Assim, tanto os pais quanto os filhos jovens veem a migração como alternativa para a melhoria das condições sociais de existência. Conforme análise de Neves (2009), nos processos de constituição e reprodução do campesinato brasileiro, a continuidade da experiência migratória torna-se uma condição para as gerações juvenis dos espaços rurais:

> O alcance da idade adulta pelos filhos impõe de modo necessário a transmissão do legado do aprendizado da migração, para que, mais uma vez, cada família viva seu fluxo de reprodução geracional em uma família conjugal. E assim se reproduz a saga da itinerância do campesinato brasileiro que se constitui como desbravador, em luta pelo reconhecimento da posse.

Para além das condições objetivas, as migrações das gerações juvenis entre os agricultores familiares entrevistados significam aprendizados necessários para adentrar na idade adulta. Os jovens precisam, eles mesmos, experimentar as migrações como condição para a conquista da autonomia pessoal. Afora situações excepcionais, os pais não permitem que as crianças migrem, mesmo que seja para famílias de parentes. Eles advogam para si o dever de ensinar os trabalhos agrícolas e domésticos, bem como de incutir o senso de disciplina nos filhos, até que eles tenham condições para fazer a passagem responsável

para o que denominam 'mundo'. Em oposição à casa e ao lote familiar, o 'mundo' representa o afastamento do convívio familiar, o desenraizamento, o risco, a desordem, o movimento e ameaças, reais ou imaginárias, de maneira que os filhos precisem desenvolver sensos de discernimento e responsabilidade para adentrá-lo e vencê-lo. Por estas razões, alguns pais entrevistados não escondem o sonho de ter os filhos próximos de onde residem:

> Eu acho bom eles ficar aqui, tudo pertinho. É porque a gente fica pensando, né? A gente deixa os filhos ir prum lugar, aí a gente não sabe o destino. Eu vejo tanta mãe sofrer por causa dos filho no mundo, meu prazer é eles ficar tudo pertinho (54 anos, Travessão 338 Sul).

> Até que se eles ficassem aqui era bom, né? É bom ter todo mundo perto. Mas cada qual pensando na sua melhoria de situação também a gente concorda com eles (60 anos, Travessão 338 Sul).

De fato, os filhos dos agricultores familiares permanecem por perto dos pais, e em maioria no meio rural. Dos filhos de informantes que têm a idade de ter uma autonomia profissional e residencial (24 anos ou mais), mais de um terço estão na mesma casa ou na mesma localidade que os pais, enquanto quase todos estão na mesma região.

Os pais, por nós entrevistados nessas localidades, sabem que nem todos os filhos poderão permanecer no meio rural e muito menos permanecer a vida toda na casa paterna. Daí que os ensinamentos transmitidos durante a infância são importantes para a preparação da saída rumo aos espaços constituídos pelo 'mundo'. Ao ingressar na fase da juventude, os pais não apenas aceitam, mas também estimulam a migração dos filhos, como passo no sentido da emancipação pessoal. Em parte, a migração dos jovens é percebida como uma possibilidade de ascensão social, uma vez que os trabalhos na agricultura não representam futuros promissores: "o futuro da minha filha eu queria o seguinte: que ela estudasse, construísse e vivesse a vida dela lá fora da terra. A terra é bom pra gente que já tá assim de idade, mas pra jovem é um fracasso" (29 anos, Palmares).

Sob esta orientação, os jovens filhos de agricultores dessas frentes pioneiras do Pará começam o aprendizado migratório em função da continuidade dos estudos, ingresso no trabalho ou casamento e, eventualmente, por problemas de saúde. Estes fatores são relevantes para a conquista da autonomia profissional ou constituição de uma nova família, o que implica, necessariamente, tornar-se homem ou mulher adulto. Essa autonomia não é tanto buscada pela migração em si, mas pelo estudo.

O ESTUDO EM VEZ DA MIGRAÇÃO?

Para alguns dos agricultores familiares entrevistados, os conhecimentos proporcionados pela escola ganham importância em virtude da maior valorização do ensino escolar na preparação dos jovens para o enfrentamento da vida nos espaços urbanos, bem como da obrigatoriedade, imposta em lei, da escolarização mínima até os 14 anos de idade. Eles entendem que os estudos são uma alternativa para a integração dos filhos em outras ocupações laborais fora da agricultura, uma vez que as unidades produtivas não conseguem gerar as condições para absorver todos os filhos. Desse modo, a migração em busca de estudos escolares é um passo fundamental para o processo de 'ressocialização' dos jovens, com vistas à preparação para o ingresso nos trabalhos urbanos. Entre os pais são comuns as idealizações da escola como a instituição que pode proporcionar melhorias na vida dos filhos, tendo como parâmetro alguns condicionantes da própria experiência pessoal, marcada pela baixa escolarização e pelo trabalho na agricultura:

> Se eu tivesse estudo, hoje a minha vida tava melhor. Então, eu não quero o mesmo que eu passei: trabalhar pra poder me sustentar. Eu não quero que o meu filho faça isso, trabalhar para se manter. Mas sim que eu peleje por ele, como minha esposa peleja, entende? Dá tudo por ele, para que mais tarde ele tenha futuro. Porque hoje a gente comprou esse gado pra quando ele tiver mais na idade de fazer universidade, tem como pagar universidade pra ele, que não precisa ele sair pra trabalhar e largar o estudo. Só se depois ele não quiser mesmo e já for dono do seu nariz, mas enquanto a gente dominar, enquanto a gente poder dar o melhor a gente dá. É isso que eu quero pra ele (44 anos, Maçaranduba).

Desta forma, os agricultores familiares entrevistados percebem a escola como a instituição que pode oferecer, às crianças e aos jovens, orientações para outros caminhos associados à ascensão social. Essa percepção da escola se reflete nos níveis escolares obtidos pelos filhos das pessoas entrevistadas: enquanto 23% dos entrevistados nunca estudaram e 46% só concluíram um nível de primário (1ª-4ª série), somente 2% de seus filhos entre 15 e 19 anos não estudaram, e 31% têm nível primário; 51% dos filhos de agricultores familiares dessa faixa etária estudaram o primeiro grau completo, e 15%, o segundo grau (essa proporção passa para 38% dos jovens da faixa etária dos 20-24 anos).

Este desejo de educação dos filhos como meio de promoção social se associa a uma idealização dos pais, que pouco corresponde às novas gerações de agricultores. Pelo menos é assim que podemos explicar que o nível de estudo dos filhos dos entrevistados seja diferente entre as localidades. Com efeito, por meio de um teste de qui-quadrado sobre o nível de estudo e as localidades, constata-se que o nível de estudo é significativamente diferente entre os locais: Palmares é a localidade onde os filhos de agricultores têm maiores níveis de escolarização; Pacajá tem o nível mais baixo. Ora, os entrevistados não têm um nível significativamente diferente entre as localidades, enquanto as condições objetivas de estudo são diferentes entre os locais. No Travessão 338 Sul e em Maçaranduba, a escola está restrita à quarta série do ensino fundamental. As crianças e os jovens destas localidades, caso pretendam continuar os estudos, devem migrar para as cidades adjacentes, onde há oferta de ensino escolar em níveis mais elevados. No Travessão 338 Sul, em específico, as longas distâncias que as crianças devem percorrer a pé até a escola, somadas ao relevo acidentado e às más condições de manutenção das estradas, tornam a tarefa de estudar uma aventura cotidiana, cujos sacrifícios nem sempre são suportados por longos períodos pelas crianças e jovens. Em consequência, os pais aceitam, com mais naturalidade, o abandono escolar dos filhos ou então procuram migrar para outros locais onde encontram maiores facilidades de acesso à escola. Já a população de Palmares dispõe de uma escola que atende crianças e jovens desde as primeiras séries do ensino fundamental até o ensino médio, uma conquista decorrente das lutas do MST em prol da melhoria educacional para os filhos de agricultores assentados. Além disso, Palmares se beneficia de uma proximidade imediata à cidade de Parauapebas.

Os custos da manutenção dos jovens estudantes nas cidades são considerados elevados, em proporção aos rendimentos familiares, especialmente quando a família comporta diversos filhos em processo de escolarização. Mas, como já apontado, alguns pais entrevistados fazem o possível para assegurar a permanência dos filhos nas escolas das cidades, levando-lhes alimentos produzidos no lote e transferindo-lhes as economias familiares. Ademais, os pais contam com a solidariedade de parentes e amigos que moram nas cidades para a acolhida dos filhos estudantes em suas casas. Os jovens, por sua vez, procuram engajar-se em algum trabalho para cobrir parte dos custos de seus estudos, bem como retornar para as casas dos pais nos finais de semana, nos feriados e nas férias escolares, com o propósito de contribuir com o trabalho familiar.

No entanto, a escolha da continuidade dos estudos depende, em grande medida, dos filhos. Alguns pais entrevistados dizem que alertam seus filhos para a importância da formação escolar para acessar trabalhos mais valorizados e melhor remunerados, mas não impõem aos filhos exigências de dedicação exclusiva aos estudos. Estudar, trabalhar ou casar é uma decisão dos filhos. Cabe aos pais aceitar e dar o apoio às escolhas dos filhos, conforme as possibilidades da família:

> Se eles escolher ou pra roça ou pra qualquer outra coisa, o direito é deles, né? A que ele escolher assim, tá bom. A decisão é deles, o que eles quiser e a gente poder ajudar. Eles podem escolher pra depois não dizer que eu ou ela [a esposa] que bagunçou. Aí eles escolhem o que eles quiserem, se der de ajudar até se formar a gente faz a força (62 anos, Travessão 338 Sul).

Alguns jovens compartilham de uma visão mais pragmática para os encaminhamentos da própria vida, atribuindo maior importância à satisfação das necessidades imediatas e à conquista da autonomia financeira e pessoal, ao invés de dispensar tempo e dinheiro na continuidade dos estudos.

A VIDA PROFISSIONAL DOS FILHOS DOS AGRICULTORES FAMILIARES ASSENTADOS

Desta forma, a idealização dos pais acerca dos estudos prolongados, como estratégia para alcançar melhores trabalhos e remunerações no futuro, é contraposta à necessidade de entrar no mercado de trabalho. O depoimento da mãe de um jovem do Travessão 338 Sul é elucidativo a esse respeito:

> Esse caçula tava até estudando nesse colégio aqui. Depois disse que não queria mais, que já sabia assinar o nome. Aí eu disse: "meu filho vai estudar, porque senão você vai pra foice, vai trabalhar nos mato igual seu pai, porque o estudo vale tudo, você arruma um emprego". Mas não, ele disse que ia trabalhar pra comprar as coisas dele (62 anos, Travessão 338 Sul).

Na medida em que descartam a possibilidade de continuidade dos estudos escolares, os jovens das regiões por nós estudadas passam a vislumbrar o ingresso no trabalho, mesmo que sem vínculos empregatícios, como forma de construir alternativas de emancipação pessoal. Mas, a objetivação desse projeto passa pela migração para as cidades ou fazendas da região. Em Maçaranduba, Travessão 338 Sul e Palmares, as oportunidades em trabalhos assalariados são esporádicas e mal remuneradas, de maneira que os jovens não conseguem estabelecer projetos profissionais mais duradouros, com o recebimento de eventuais diárias. Porém, os trabalhos assalariados que surgem nessas localidades ou em suas proximidades constituem-se nas primeiras vinculações laborais dos jovens, que são importantes para adquirir conhecimentos, experiências e autoconfiança. Além disso, o dinheiro, embora em pequena quantidade, permite a compra de certos objetos de consumo pessoal ou a formação de poupança para os deslocamentos mais distantes da residência dos pais, em busca de outros trabalhos mais estáveis e melhor remunerados.

O ingresso dos jovens no mercado de trabalho resulta em migrações. Objetivamente, a renda insatisfatória gerada pela produção agrícola familiar e os limites dos lotes de terra favorecem a migração como uma alternativa inexorável para a maior parte dos integrantes da família. Aos jovens destituídos das possibilidades de herdar terra paterna resta a construção de novas formas de integração social, que passa pela busca de trabalho dentro das viabilidades acenadas pelo mercado de trabalho local. Por outro lado, os jovens percebem os trabalhos fora da agricultura como caminhos abertos para melhorar suas condições de existência, quando comparadas às realidades objetivas da sua família. Sob tais condicionantes, os jovens e suas famílias conferem à migração um caráter mais humano e aceitável socialmente.

Vale destacar que a migração por motivo de trabalho não ocorre necessariamente no sentido urbano. Alguns jovens encontram trabalho assalariado nas fazendas circunvizinhas aos locais de residência dos pais ou em empresas madeireiras e mineradoras que operam na região. Outra forma de migração é devida a busca de novas áreas de terras passíveis de ocupação, seja pela posse de terras livres ou pelo ingresso em movimentos de luta pela terra. Assim, os jovens percebem que a terra foi uma luta e conquista dos pais, cabendo a eles construir suas próprias trajetórias, que não passam necessariamente pelo trabalho na agricultura. Menos da metade dos filhos dos entrevistados são agricultores, e ainda menos são autônomos na agricultura. A condição de assalariado é a mais comum, embora a tendência seja a de que os filhos mais velhos tornem-se mais autônomos do que os jovens. Isto pode se explicar por ciclos pessoais e familiares.

O casamento implica a migração dos filhos de agricultores das três localidades estudadas, com a constituição de uma nova família e formação de um lar

para o novo casal. Em determinadas situações, o jovem migra para trabalhar, tendo em mente o projeto do casamento. No sentido prático, a migração dos jovens objetiva acumular recursos financeiros para adquirir os bens – inclusive a terra –, a fim de iniciar a nova vida de casado. Em outras situações, o casamento desencadeia a migração dos jovens recém-casados para aumentar os recursos financeiros e construir a independência em relação aos pais. O depoimento de um jovem recém-casado, morador de Palmares, revela a associação da migração com conquista da autonomia:

> Eu cheguei aqui, ainda bem dizê muleque e acabei de me criá aqui. Eu pretendo também saí da roça, arrumá um emprego pra mim, porque ficá na roça direto não dá. Tá fraco. Pretendo mudá pra melhó, porque hoje eu tenho a minha mulhezinha, mas num tenho uma casa pra mim morá, minha. Essa aqui é da minha sogra. E pretendo trabalhá e rumá até meu canto, meu sussegado (32 anos, Palmares).

Os jovens que migraram para estudar dificilmente retornam para as localidades de origem. As tendências são novas migrações, uma vez que os estudos ampliam os horizontes dos jovens, tanto laborais quanto matrimoniais. Com efeito, as vivências urbanas e a melhor qualificação abrem novas perspectivas migratórias: "Aí a menina foi estudar em Pacajá porque não tinha colégio aqui. Ela estudou em Pacajá e de lá ela casou. Tá morando em Redenção. Redenção, porque gostou de um homem de lá" (54 anos, Travessão 338 Sul).

Independentemente dos motivos da migração, alguns pais desejam que os filhos voltem para a terra. A terra garante o trabalho e a reprodução social da família. Os pais percebem que a propriedade da terra é fundamental para a transição dos filhos para outros locais, pois é o espaço onde são gerados os recursos revertidos na educação deles e onde são produzidos os alimentos que reduzem os custos para a permanência nas cidades, seja para estudar ou suportar os baixos salários pagos nas cidades:

> Tenho quatro filhos. Tá tudo comigo aqui, só tem um lá na rua estudando e os outros três tão aqui comigo. Tem um filho que foi pra Anapu estudar. Ele tem vontade de estudar um pouco aí foi pra lá. Mas todo sábado tá aqui comigo. A gente dá uma ajudinha pra ele lá, leva comida daqui, arroz, feijão. Ele queria estudar e o pai dele disse: "se você quer estudar, eu vou ajudar" (34 anos, Travessão 338 Sul).

> Quando sobra a gente vende um pouco. Mas tem esta filha que ela trabalha na rua, o salário é pouco. Sempre a gente ajuda, faz a nossa despesa e leva também para ela (54 anos, Travessão 338 Sul).

O lote da família também é espaço de acolhida dos filhos que, por ventura, tenham que retornar para casa dos pais, seja por motivo de separação conjugal ou desemprego:

> Ela juntou aí com um cara, aí não deu certo, voltô aqui pra casa onde tá eu (65 anos, Travessão 338 Sul).

> Se for pra vender esse aqui, mas comprar outro. Não é pra ficar sem terra e morando no que é o alheio também, não. E vender, pra ir pra cidade, o negócio pega também, porque na terra da gente aqui é melhor. Porque os filho tá lá na rua, mas o dia que faltar emprego pra eles, o lugar deles vim se arranchar é aqui mais nós (54 anos, Travessão 338 Sul).

CONCLUSÃO

A noção de itinerário pessoal, mesclando a dimensão geográfica e profissional da mobilidade dos agricultores, nos permite considerar, ao longo de um período de tempo relativamente amplo, outras dimensões (além da produtiva) das vidas dos agricultores familiares assentados. Esta noção nos possibilita, assim, considerar as estratégias de reprodução social destas famílias em toda a sua complexidade. A inclusão na análise da situação e projetos dos filhos dos assentados permite igualmente integrar uma dimensão transgeracional que nos parece particularmente importante, pois retrata um momento de transição (e em alguns casos de ruptura) entre estratégias de reprodução social e projetos de vida de pais e filhos.

Os itinerários dos agricultores familiares dos três projetos de assentamento estudados revelam ao mesmo

tempo a diversidade de seus itinerários pessoais e as consideráveis transformações ocorridas em suas estratégias nos últimos anos. Observamos em particular que se a mobilidade geográfica dos assentados foi um meio para que eles conseguissem uma mudança social (tornando-se proprietários rurais), eles não parecem querer reproduzir essa estratégia para seus filhos, preferindo encaminhá-los para um investimento na educação formal. Esta observação parece valer para todos os tipos de agricultores familiares assentados identificados neste estudo.

Estas conclusões podem ajudar a pensar políticas públicas para as áreas de reforma agrária. Os projetos de assentamentos são pensados a partir do paradigma 'fixista', enquanto os agricultores estão em um paradigma de mobilidade. Antes, sobretudo, era uma mobilidade geográfica (a migração) que permitia o acesso à terra e/ou a melhoria das condições de produção. Se essa mobilidade vinha acompanhada por certa mobilidade profissional (por exemplo, no caso clássico da passagem pelo garimpo), a terra continuava sendo o elemento central das estratégias de mobilidade. Atualmente, o maior acesso à educação formal e aos centros urbanos (com seus modos de vida diferentes e suas oportunidades de emprego) estão complexificando ainda mais as estratégias de reprodução social e deslocando, ao menos parcialmente, a importância da posse da terra nas mesmas. No entanto, paralelamente, a política de reforma agrária e de apoio à agricultura familiar permite a emergência, mesmo que marginal, de novos assentados com um perfil bastante diferente dos assentados de algumas décadas atrás. Em qualquer desses casos, no entanto, a mobilidade, profissional ou geográfica, continua a caracterizar as estratégias de reprodução social desses agricultores familiares assentados.

REFERÊNCIAS

ALBALADEJO, Chirstophe; VEIGA, Iran. A construção local dos territórios da agricultura familiar (Amazônia, Nordeste). **Agricultura Familiar**, Belém, v. 1, n. 2-3, p. 142-154, 2000.

ALBALADEJO, Christophe; DUVERNOY, Isabelle; DOMINGUEZ, Caroline; VEIGA, Iran. La construction du territoire sur les fronts pionniers. In: ALBALADEJO, Chirstophe; TULET, Jean Christian (Orgs.). **Les fronts pionniers de l'Amazonie Brésilienne**: la formation de nouveaux territoires. Paris : L'Harmattan, 1996. p. 247-278.

ARAÚJO, Roberto. **La cité domestique**: stratégies familiales et imaginaire social sur un front de colonisation en Amazonie brésilienne. 1993. Tese (Doutorado em Antropologia) – Université de Paris X, Paris, 1993.

ARNAULD DE SARTRE, Xavier. **Fronts pionniers d'Amazonie**: les dynamiques paysannes au Brésil. Paris: CNRS Éditions, 2006.

ARNAULD DE SARTRE, Xavier; SEBILLE, Pascal. Diversité des itinéraires migratoires des colons d'un front pionnier amazonien. **Confins**, v. 4, n. 4, 2008. Disponível em: <http://confins.revues.org/4403>. Acesso em: 8 fev. 2016

BARBARY, Olivier; PINZON SARMIENTO, Marie Laure. L'analyse harmonique qualitative et son application à la typologie des trajectoires individuelles. **Mathématiques et Sciences Humaines**, n. 144, p. 29-54, 1998.

BRUMER, Anita; DUGUE, Ghislaine; LOURENAO, Fernando Antonio; WANDERLEY, Maria de Nazareth; LAMARCHE, Hugues. L'agriculture familiale au Brésil. In: LAMARCHE, Hugues (Org.). **L'agriculture familiale**: une réalité polymorphe. Paris: L'Harmattan, 1991. p. 159-210.

COURGEAU, Daniel; LELIÈVRE, Eva. Changement de paradigme en démographie. **Population**, v. 51, n. 3, p. 645-654, 1996.

COURGEAU, Daniel; LELIÈVRE, Eva. L'approche biographique en démographie. **Revue Française de Sociologie**, v. 31, n. 1, 55-74, jan.-mar. 1990.

DEMAZIÈRE, Didier; DUBAR, Claude. **Analyser les entretiens biographiques**. Paris: Nathan, 1997.

LE BORGNE-DAVID, Anne. **Les migrations paysannes du Sud-Brésil vers l'Amazonie**: le salariat plutôt que la malaria. Paris: L'Harmattan, 1998.

MUSUMECI, Luciana. **O mito da terra liberta**: colonização "espontânea", campesinato e patronagem na Amazônia Oriental. São Paulo: Vértice Editora/ANPOCS, 1988.

NEVES, Delma Pessanha. Constituição e reprodução do campesinato no Brasil: legado dos cientistas sociais. In: NEVES, Delma Pessanha (Org.). **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil**: formas dirigidas de constituição do campesinato. São Paulo: UNESP; Brasília: NEAD, 2009. v. II, p. 303-323.

TARRIUS, Alain. **Anthropologie du mouvement**. Caen: Editions Paradigme, 1989.

VEIGA, Iran. **Savoirs locaux et organisation sociale de l'agriculture familiale amazonienne**: la gestion durable des milieux en question. 1999. Tese (Doutorado em Estudos Rurais) – Université de Toulouse le Mirail, Toulouse, 1999.

VELHO, Otávio. Os movimentos migratórios da Amazônia. **Ciência Hoje**, v. 2, n. 10, p. 35-39, 1984.

WANDERLEY, Maria de Nazareth. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, João Carlos (Org.). **Agricultura familiar**: realidades e perspectivas. Passo Fundo: EDIUPF, 1998. p. 21-55.

WOORTMANN, Ellen. **Herdeiros, parentes e compadres**. Colonos do Sul e sitiantes do Nordeste. São Paulo: HUCITEC; Brasília: Editora Universitária de Brasília, 1995.